

Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia SPC&T Fase II/PPG7



Belém, PA
Dezembro de 2008

**CONFERÊNCIA DO SUBPROGRAMA DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA - SPC&T FASE II/PPG7**

ANAIS

Belém, 1º a 4 de dezembro de 2008

Conferência do Subprograma de Ciência e Tecnologia
SPC&T Fase II/PPG7 (2008: Belém, PA).
Anais da Conferência do Subprograma de Ciência e
Tecnologia SPC&T Fase II/PPG7, realizado em Belém,
Pará, Brasil, de 1 a 4 de dezembro de 2008. Brasília:
CNPq, 2009.
579p.

ISBN 978-85-7028-021-3

1. Políticas Públicas - Brasil 2. Desenvolvimento
Sustentável 3. Recursos Naturais 4. Amazônia 5.
Conservação Ambiental 6. Divulgação Científica I.
Título

CDU 502

Análise dos APL de produtos madeireiros e não-madeireiros no Acre

Alberto William Viana de Castro¹; Antônio Carlos Paula Neves da Rocha¹; Moisés Modesto Jr¹; Manoel Malheiros Tourinho²; Antônio Cordeiro de Santana²; Claudenor Pinho de Sá³; Mariluce Paes de Souza⁴ & Roberta Graf⁵

¹Embrapa Amazônia Oriental; ²Universidade Federal Rural da Amazônia; ³Pesquisador da Embrapa Acre; ⁴Universidade Federal de Rondônia; ⁵Ibama Acre.

1. Introdução

O objetivo deste estudo foi avançar no conhecimento, organização e sistematização das informações sobre as inter-relações existentes entre os diferentes agentes que compõem os Arranjos Produtivos Locais (APL), especificamente os produtores de artefatos fabricados com a utilização de matérias-primas de origem madeireira e não-madeireira para a indústria de base florestal, oriundas do manejo das florestas naturais primárias e secundárias. Os principais produtos não-madeireiros objetos do estudo foram Andiroba (óleo), Castanha do Brasil (frutos), Amapá-doce (resina), Copaíba (óleo) e Cumaru (cumarina). Em relação aos produtos madeireiros, o estudo abordou os APL potenciais considerando as características de qualidade das madeiras para o mercado nacional e internacional. Os resultados do projeto permitem avançar no conhecimento da dinâmica do Sistema Agroindustrial (SAI) de base florestal na região e o fornecimento de informações que possibilitarão a formulação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento regional por meio do apoio ao investimento e fomento, e o estabelecimento de estratégias privadas promovidas pelos agentes dos APL considerados na pesquisa.

2. Métodos

A pesquisa, classificada como exploratória, teve como objetivo proporcionar maior familiaridade sobre o tema, a fim de oferecer um quadro de referência para futuras aplicações. Yin (2001) classifica tal pesquisa como um estudo de caso, com contribuição especial para a

compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos mais complexos, permitindo uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. Para a coleta de dados primários (quantitativos), tomando como base o questionário indicado pela Redesist (2005) para a coleta de dados sobre APLs, foram selecionadas 37 empresas em relação aos produtos madeireiros e 25 empresas em relação aos produtos não-madeireiros, tomando como base os indicadores da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A pesquisa com produtos madeireiros contemplou empresas inseridas nas atividades de exploração florestal, serviços de silvicultura e exploração, desdobramento da madeira, fabricação de laminados e chapas de madeira, esquadrias e casas pré-fabricadas, artefatos diversos, artefatos de tanoaria e embalagens, cabines, carrocerias e reboque, construção e reparos de barcos e fabricação de móveis, segundo a classificação nacional de atividade econômica (CNAE), utilizada pela RAIS. A pesquisa com produtos não-madeireiros contemplou empresas inseridas nas atividades de exploração florestal, silvicultura e exploração, processamento e conservação de frutas, produção de óleos vegetais em bruto, fabricação de sorvetes, beneficiamento e moagem, fabricação de produtos alimentares, fabricação de medicamento humano, fabricação de sabão, detergentes e sabonetes e fabricação de outros produtos químicos. Foram pesquisadas empresas localizadas nos municípios de Rio Branco e Sena Madureira. Em uma segunda fase da pesquisa (qualitativa), oito empresas líderes tiveram seus representantes entrevistados, quando se utilizou um protocolo de pesquisa com questões abertas. Na fase final da pesquisa foi realizado um *workshop*, em Santarém, PA, para apresentação dos resultados e compatibilização com os agentes das cadeias produtivas entrevistados, empresários, profissionais liberais, instituições governamentais, ONGs e outros *stakeholders*.

3. Resultados

Os APL considerados na pesquisa possuem uma infra-estrutura educacional, institucional e financeira em quantidade razoável para o apoio do desenvolvimento dos APL, os quais são formados, em sua maioria, por micro empresas (60 a 70%). Entre 15 a 35% são

pequenas empresas e poucas são médias empresas, todas criadas com recursos próprios ou com a ajuda de parentes e amigos. Não foi identificada nenhuma empresa que tenha utilizado recursos do sistema financeiro ou fontes oficiais de crédito, mais pela dificuldade de acesso a esses recursos que pela capacidade financeira dos empresários. As principais dificuldades encontradas no primeiro ano de funcionamento foram o custo ou falta de capital para a aquisição de máquinas e equipamentos, contratação de empregados qualificados, custo ou falta de capital de giro e dificuldade em produzir com qualidade e vender a produção. A formação da mão-de-obra, em sua maioria, para todas as categorias de empresas, é de ensino fundamental incompleto, com cerca de 50% na micro empresa. Poucas empresas possuem pessoal qualificado com nível superior completo. O nível de empregados com ensino médio é pouco maior que 10%. Em relação aos produtos madeireiros, as micro empresas atuam localmente, com sua produção distribuída da seguinte forma: 71,2% para o mercado local; 8,5% no estado; e 20,3% para outros estados. As pequenas empresas distribuem sua produção 22,6% no mercado local, 13,6% para outros municípios do estado, 48,3% para outros estados e 15,6% para exportação. As médias empresas distribuem 90,0% de sua produção para o mercado internacional e 10% para outros estados. As empresas de produtos não-madeireiros atuam, em sua maioria, localmente, com cerca de 20% das micro empresas colocando sua produção no mercado externo. Mais que 90% das médias empresas exportam para outros estados do Brasil. Os principais fatores de competitividade considerados são a qualidade do produto a capacidade de atendimento de pedidos e a qualidade da matéria-prima e dos insumos empregados. Em relação à inovação, os principais aspectos abordados foram inovação de produtos e inovação de processos. A exceção das médias empresas, tanto as micro como as pequenas empresas se preocuparam em inovar em mudanças organizacionais como implantação de técnicas avançadas de gestão, mudanças na estrutura organizacional, nos conceitos e/ou práticas de comercialização, e na implementação de novos métodos de gerenciamento, visando à obtenção de normas de certificação (ISSO 9000, ISSO 14000, etc.). Elas relatam como os principais impactos

observados com as medidas inovadoras o aumento da qualidade de produtos, aumento da produtividade, ampliação da gama de produtos ofertados, manutenção da participação no mercado, redução no consumo de energia, ampliação do portfólio, redução do impacto sobre o meio ambiente, manutenção de sua participação no mercado e acesso a novos mercados. As principais fontes de informação das empresas são a área de produção e de vendas e marketing, as instituições certificadoras e a participação em eventos científicos. O uso da internet também vem sendo uma via alternativa, considerada na busca de informações sobre o mercado e oportunidade de negócios. As médias empresas têm uma relação intensa na troca de informações com as *tradings* do setor madeireiro, com representantes em outros estados e no mercado internacional. Quando presentes, as principais formas de cooperação identificadas são com o objetivo de reivindicações da classe, capacitação de recursos humanos, participação conjunta em feiras, desenvolvimento de produtos e processos, desenvolvimento de design e estilo de produtos, compra de insumos e equipamentos, e obtenção de financiamentos. As principais vantagens da localização no arranjo são a proximidade com os fornecedores de insumos, a disponibilidade de matéria-prima a proximidade com clientes/consumidores, e a infra-estrutura física (energia, transporte, comunicações). Os principais órgãos reguladores/coordenadores são o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), o IBAMA, o Instituto Chico Mendes, e as Secretarias de Meio Ambiente em nível estadual e municipal. Além desses, o estado do Acre tem como principal agente coordenador o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC). De modo geral, a grande maioria das empresas desconhece os programas ou ações voltadas para as micro e pequenas empresas no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Cerca de mais de 50% das empresas conhecem mas ainda não participam de ações do Sebrae. Em relação à avaliação crítica dessas instituições, mais de 50% das empresas não têm experiência para avaliar a ação de instituições federais, sendo que as que já têm experiência, cerca de 20%, têm avaliação negativa, e cerca de 30% avaliam positivamente. Em nível estadual, essa avaliação é positiva para cerca de 30% das empresas; cerca de 20% avaliam

negativamente e os outros 50% não têm elementos para essa avaliação. Em relação à ação em nível municipal, quase 80% das empresas não possuem elementos para avaliação e cerca de 20% avaliam negativamente. A avaliação da ação do Sebrae é positiva para 30% das empresas. As políticas públicas com maior contribuição para o aumento da eficiência competitiva das MPEs do arranjo são assim consideradas pelas empresas: programas de capacitação profissional e de treinamento técnico, linhas de crédito e outras formas de financiamento, incentivos fiscais, melhorias na educação básica, programas de apoio a consultoria técnica e políticas de fundo de aval. Os principais obstáculos que limitam o acesso das empresas às fontes externas de financiamento são as dificuldades e entraves burocráticos para a utilização das fontes de financiamento existentes, a inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades da empresa, a exigência de aval/garantia por parte das instituições de financiamento, os entraves fiscais que impedem o acesso às fontes oficiais de financiamento e a exigência de aval/garantia por parte das instituições de financiamento.

4. Discussão e Conclusão

A despeito de algumas empresas insistirem em atuar na ilegalidade, foram encontradas, na grande maioria, diversas iniciativas de empresas trabalhando dentro dos preceitos regulatórios legais, inclusive com a certificação. As iniciativas públicas no Acre vêm ajudando a implementação de uma política para o setor, o que vem propiciando a elevação do nível de organização e profissionalização, em grande parte já atendendo os preceitos estabelecidos nos marcos regulatórios dessas atividades. O entendimento e aceitação do desenvolvimento de atividade florestal na região são resultado da regularização/adequação dessas atividades, amparadas em planos de manejo florestal (obtenção de matéria-prima) e na certificação ambiental (minimização de danos ambientais com a exploração florestal), medidas defendidas por segmentos que favorecem a exploração à partir da adoção das técnicas de manejo florestal já comprovadas em estudos científicos desenvolvidos pelos centros de pesquisa na região. No Acre essas ações encontram-se bem avançadas em relação a estados como Rondônia, Pará e Mato

Grosso, grandes campeões de problemas ligados à exploração de madeira ilegal. Em relação às dificuldades encontradas, vale destacar o engessamento que o SAI Florestal sofre, decorrente das Políticas Públicas (PP) e da Legislação Ambiental/Florestal em vigor e que têm o Ibama como a principal instituição responsável pela regulação e controle da aplicação das leis ambientais. O IBAMA conta com o apoio dos instrumentos estaduais e municipais encarregados de fiscalizar e cumprir as leis ambientais em nível estadual e municipal, respectivamente. Este estudo ganhará com a realização de pesquisas e/ou ações complementares que possam levar aos usuários a solução proposta para os problemas levantados pela pesquisa, além do esforço para a formulação de políticas públicas capazes de fortalecer a consolidação do APL de produtos madeireiros e não-madeireiros, objetos dessa pesquisa.

5. Referências Bibliográficas

- Redesist. 2005. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovações Locais. Questionário para Arranjos Produtivos Locais. Helena M.M. Lastres e José E. Cassiolato. 2003. Disponível em: www.ie.ufrj/redesist, acessado em agosto de 2005.
- Yin, Robert, K. 2001. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

Financiamento: MCT/CNPq/PPG7.